# Imprimindo histórias

## A Companhia Paulista de Papéis e Artes Gráficas




Imagem: casadovelho.com.br


Renata Geraissati
Castro de Almeida
Colaboração: Diógenes Sousa

Arte: Eduardo Grigaitis



Casa da Boia cultural
Diretora: Adriana Rizkallah

Quem se lembra de já ter visto - ou até mesmo jogado uma partida - com o baralho 139?

Produzido no Brasil desde 1923, feito de papel cartão de alta qualidade, ele atravessou gerações e se tornou conhecido por seu clássico curinga, ilustrado com uma taça ornamentada por arabescos e um cavaleiro com escudo.

Quando pensamos na produtora, a Copag, logo nos vêm à mente os baralhos, os jogos de cartas colecionáveis, os jogos da memória e o Sudoku.



No entanto, poucos conhecem o significado da sigla da empresa: Companhia Paulista de Papéis e Artes Gráficas.

Por trás de uma marca tão familiar, há uma longa história empresarial que remonta às primeiras décadas do século XX, marcada pela amplitude de sua atuação e pelas constantes transformações de seus negócios, diretamente relacionados à história da imigração e da industrialização paulistana.

Em 19 de fevereiro de 1908, o Diário Oficial do Estado de São Paulo publicou os novos contratos sociais recebidos pela Junta Comercial.

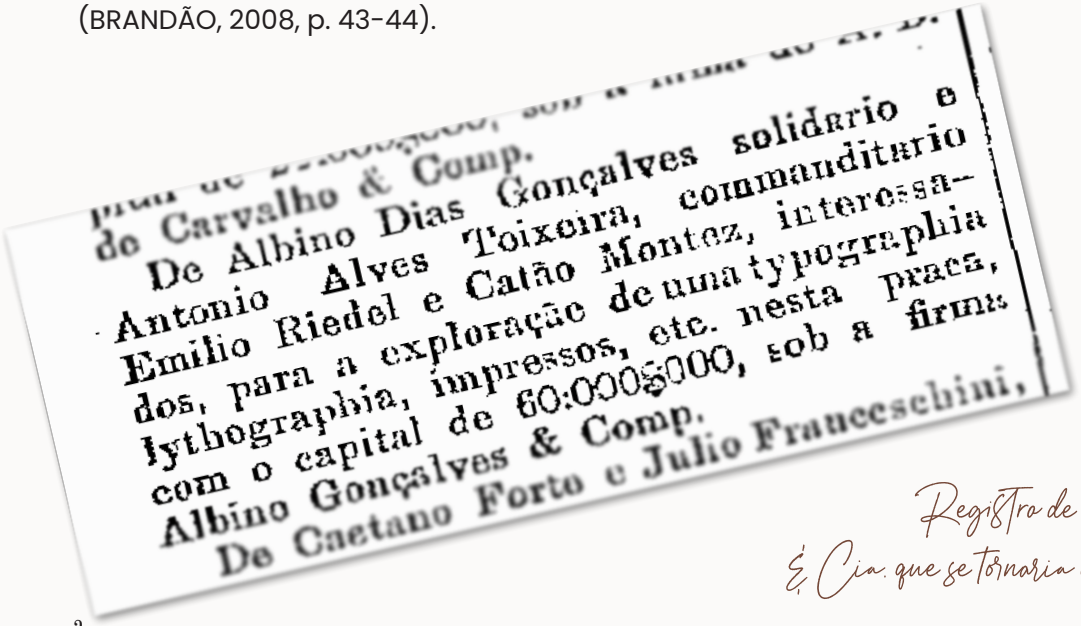
Entre eles estava o da firma Albino Gonçalves & Companhia, constituída com capital social de 60:000$000 para a exploração de uma tipografia litográfica e de serviços de impressão.

A sociedade tinha como sócios solidários Albino Dias Gonçalves e Antonio Alves Teixeira, enquanto Emilio Riedel e Catão Montez participavam como sócios comanditários.

O fundador, Albino Dias Gonçalves, emigrou de Arrabães, no distrito de Vila Real, em Portugal, para o Brasil, em 1887.

Em São Paulo, começou a trabalhar com Augustinho Pereira de Andrade, proprietário de uma fábrica de envelopes, e casou-se com sua filha, Julieta.

No centro da cidade, o casal residia no andar superior do imóvel da Rua José Bonifácio, nº 25, endereço onde Albino fundou sua companhia tendo como base a extinta firma Riedel & Franco, enquanto a oficina da empresa situava-se nos números 43, 45 e 46 da Rua Barão de Duprat (BRANDÃO, 2008, p. 43-44).


do Carvalho & Comp.
De Albino Dias Gonçalves solidario e
Antonio Alves Teixeira, commanditario
Emilio Riedel e Catão Montez, interessa-
dos, para a exploração de uma typographia
lythographia, impressos, etc. nesta praça,
com o capital de 60:000$000, sob a firma
Albino Gonçalves & Comp.
De Caetano Forte e Julio Francesebini,

Quatro anos depois, as páginas do Diário Oficial registram uma reorganização societária. Em 7 de setembro de 1912, foi publicado o distrato da firma original. Em seguida, no dia 12 daquele mês, apareceu um novo contrato, com capital de 50:000$000 (D.O. p.334).


CATALOGO
— DE —
TYPOS E MODELOS PARA
CARIMBOS DE BORRACHA
— DO —
ESTABELECIMENTO GRAPHICO
ALBINO GONÇALVES & C.IA
Loja e Escriptorio: Rua José Bonifacio, 25
Officinas: Rua Barão Duprat N. 43
SÃO PAULO
1914

Albino Dias Gonçalves permanecia como sócio solidário, acompanhado de Antonio Gordinho Filho, na condição de comanditário, além de Augusto Pinto Ribeiro e Antonio Cintra Gordinho, identificados como interessados na sociedade.

A atividade gráfica continuava no centro dos negócios. O novo contrato previa a exploração de tipografia e litografia, a manipulação de livros e impressos e a produção de carimbos feitos de borracha.

*Registro de abertura da empresa e catálogo da então "Albino Gonçalves & Cia." que se tornaria conhecida como Copag.*




Os registros demonstram a permanência desse ramo de atividade, embora a composição societária e o capital declarado tivessem mudado (D.O. p.3691).

A empresa destacou-se como pioneira no comércio de papel almaço e pela introdução do caderno em espiral no país.

Seu catálogo comercial abrangia uma vasta gama de artigos de papelaria e escrituração: brochuras, blocos de cartas, livros de contas, correntes, atas, ponto e preços, faturas, cadernos de caligrafia e cartões de visita, além de sacos de papel para farmácia e café (BRANDÃO, 2008, p. 46).

A firma também importava baralhos estrangeiros, produto de alta demanda que, a partir da década de 1920, passou a ser impresso e produzido pela própria companhia (BRANDÃO, 2008, p. 46).

Os registros do Diário Oficial do Estado de São Paulo permitem acompanhar parte das relações comerciais estabelecidas pela firma com o poder público.

Entre 1912 e 1918, encontramos referências a pagamentos por serviços e fornecimentos destinados a diferentes repartições estaduais. Em maio de 1912, por exemplo, a Secretaria da Fazenda registrou um pagamento de 750$000 (p.1919)]

Já a Secretaria da Agricultura aparece em diferentes lançamentos: 569$500, em setembro de 1917 (p. 4151); 94$500, em junho de 1918 (p.3146); e 400$000, em novembro do mesmo ano (p.5475).

Também em 1918, há registros de fornecimentos à Diretoria Geral, incluindo os valores de 246$500, em março, (p.1844), e 488$700, em abril (p.3188), este último referente a fornecimentos realizados em fevereiro, e em 18 de junho de 1918 (p.3159).

As relações comerciais da firma também aparecem nos registros de processos de falência.

Entre os documentos consultados, há referências a créditos de J. Fairbanks, no valor de 344$200, em 1910 (D.O. 05/03/1910, p.703); de Lacerda Abreu e Irmão, no valor de 1:393$800, em 1914 (D.O. 12/11/1914, p.4404); e de João C. da Silva, no valor de 2:722$400, em 1915 (D.O 25/09/1915, p. 3889).

*Propaganda da Copag de 1952, publicada no "Anuário das Senhoras" associava o jogo de cartas a um estilo elegante de receber.*

Além disso, Albino Gonçalves é mencionado como síndico nos processos de falência de Jorge A. de Sousa, em 1916 (D.O. 20 de maio de 1916, p.2026), e de Fratelli di Monaco, em 1919 (D.O. 04 de janeiro de 1919, p.95).

Em 1912, a empresa tornou-se acionista da Companhia Mechanica de Panificação com um aporte de 1:000$000 de capital, sinalizando uma ampliação e diversificação de seus investimentos no cenário paulistano.

A consolidação do perfil industrial da Companhia Paulista de Papéis e Artes Gráficas refletiu-se na expansão de sua infraestrutura produtiva e no uso de instrumentos financeiros de capitalização.

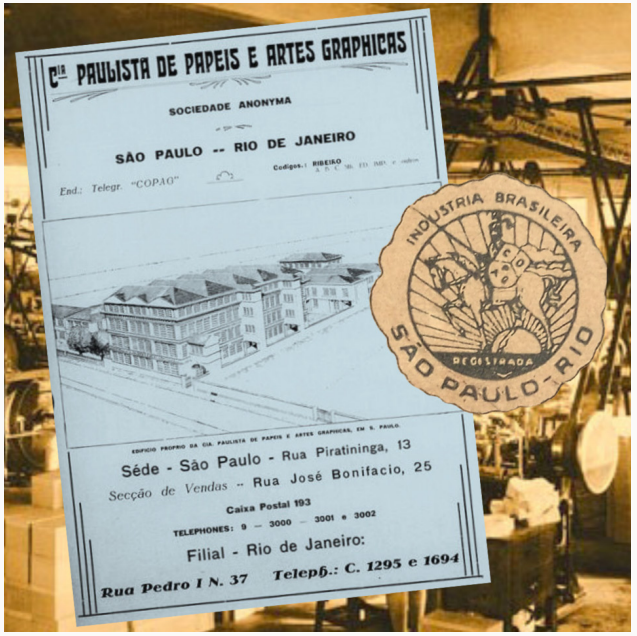



A empresa transferiu e fixou suas operações e escritório central na Rua Piratininga, nº 13, no bairro do Brás, em São Paulo, em um complexo que abrigava cerca de 341 trabalhadores e consumia anualmente cerca de 1.100 toneladas de papel (BRANDÃO, 2008, p. 57).

Com o retorno de João Gonçalves — filho de Albino que havia sido enviado para estudar Artes Gráficas na Alemanha —, a empresa passou por uma importante reestruturação. Em 1918, a razão social foi alterada para Companhia Paulista de Papéis e Artes Gráficas (BRANDÃO, 2008, p. 49), marcando o início da produção em larga escala de baralhos e a expansão nacional da marca.

Os frutos dessa reorganização traduziram-se em expressivos resultados financeiros nos anos seguintes.

No balanço geral encerrado em 31 de dezembro de 1923, a diretoria da Companhia Paulista de Papéis e Artes Gráficas São Paulo e Rio de Janeiro destacou rendimentos considerados "lisonjeiros" para aquele exercício, atingindo um lucro real de 755:022$445.




*Nos impressos da empresa, e expansão dos negócios. Começando na Rua José Bonifácio logo ocuparia um parque gráfico na Rua Piratininga e montaria filial no Rio de Janeiro.*

A expansão manifestava-se também no Rio de Janeiro, com a consolidação da filial na Rua D. Pedro I, nº 37, dotada de máquinas modernas e modelos aperfeiçoados.

Esse desempenho permitiu distribuir dividendos entre 12% e 15% aos acionistas e destinar recursos ao fundo de reserva acima dos 10% estatutários — fundo que já alcançava o montante equivalente a 45% do capital social da companhia.

O documento trazia a assinatura da diretoria, então composta por Albino Gonçalves, Alexandre Gutitzer e João Gonçalves (D.O., 23 de março de 1924, p. 2420).

Publicações no Diário Oficial do Estado de São Paulo continuavam registrando a rotina institucional e financeira da companhia: em março de 1932, a diretoria convocava os acionistas para a Assembleia Geral Ordinária com o objetivo de analisar o balanço do exercício de 1931 e eleger o Conselho Fiscal,

Já em janeiro de 1934, o escritório central sediava o sorteio para o resgate de 15 debêntures,

totalizando 75:000$000 (setenta e cinco contos de réis), demonstrando o recurso recorrente à captação no mercado de capitais para sustentar o crescimento da empresa.

A projeção da empresa e o prestígio de seu fundador ganharam contornos políticos de alcance nacional durante o Governo Vargas.

Em 29 de junho de 1934, um decreto alterou as leis aduaneiras brasileiras, favorecendo a entrada de artigos estrangeiros.

Em resposta, Albino Dias Gonçalves endereçou uma carta pessoal a Getúlio Vargas solicitando mudanças nas tarifas alfandegárias para proteger o mercado interno, argumentando que os baralhos importados deveriam voltar a pagar as alíquotas anteriores.

Para demonstrar a relevância de sua fábrica para a economia do país, Albino destacou que a Copag havia recolhido, apenas em 1933, a expressiva quantia de 472:240$000 em imposto de selo de consumo aos cofres públicos (BRANDÃO, 2008, p. 73).

A interlocução surtiu efeito: anos mais tarde, o Decreto-Lei nº 739, de 24 de setembro de 1938, estabeleceu um imposto de consumo diferenciado no valor de 1$000 para cartas de jogar nacionais e 2$000 para as estrangeiras, consolidando o protecionismo estatal ao setor gráfico nacional.

Com o falecimento de Albino Gonçalves em 1939, seu filho João Gonçalves assumiu definitivamente o comando dos negócios, dando continuidade ao legado familiar e empresarial da companhia.

*Assim como a Casa da Boia, a Copag diversificou a gama de produtos oferecidos, que iam desde papéis em resma passando por livros em branco e impressos em geral.*

Se os registros publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo permitem acompanhar a trajetória empresarial de Albino Gonçalves, os livros-caixa preservados no acervo da Casa da Boia revelam outra dimensão dessa história: a relação comercial mantida entre as duas empresas.

A primeira ocorrência identificada até o momento aparece no livro-caixa de 1911. Em setembro daquele ano, a Albino Gonçalves & Companhia ealizou uma compra no valor de 151$200 (05-3.61). No mês seguinte, há o registro de uma nova operação, no valor de 52$200(05-3.83). As duas anotações marcam o início de uma sequência de registros que permite acompanhar a recorrência dessas transações ao longo dos anos.

A relação comercial não se restringiu a essas primeiras compras. Os lançamentos identificados nos livros-caixa posteriores demonstram a continuidade das operações, com





registros que chegam ao último livro digitalizado até o momento, referente ao período que se estende até 1926.

Em janeiro de 1924, por exemplo, foram registradas duas compras, nos valores de 16$000 (05-6.77) e outra de 75$000 (05-6.80).

Em fevereiro, aparece uma operação de 177$000 (05-6.88), seguida em março dos lançamentos de 177$000 (05-6.95) e 48$500 (05-6-97).

Em abril , os registros indicam novas compras de 48$500 (05-6-105) e 25$000 (05-6-107), e assim sucessivamente até 31 de julho de 1926 (05-6-381).

Os livros-caixa permitem observar a frequência com que a Copag aparece nas operações comerciais da Casa da Boia. A sequência de lançamentos constitui uma evidência concreta da relação entre as duas empresas.

Essa proximidade também deixou vestígios materiais: a Copag foi responsável pela impressão de um catálogo comercial da Casa da Boia, cujos clichês originais estão preservados no acervo e podem ser vistos nas visitas guiadas que a Casa da Boia realiza mensalmente.

À época da confecção do catálogo, no final da década de 1910, a empresa estava instalada na Rua José Bonifácio, nº 25.

A trajetória da Companhia Paulista de Papéis e Artes Gráficas (COPAG) sintetiza as transformações econômicas e sociais que moldaram São Paulo na transição para a modernidade industrial.

O que começou com uma empresa localizada em um edifício de uso misto de um imigrante português no centro da cidade expandiu-se até se tornar um parque gráfico de projeção nacional, capaz de influenciar políticas alfandegárias no Governo Vargas e de fixar no imaginário popular símbolos que atravessaram gerações.

O acervo da Casa da Bóia revela a assiduidade das trocas comerciais diárias entre duas empresas fundamentais do centro paulistano, demonstrando o encontro entre a história empresarial de duas marcas centenárias.

*Registros contábeis da Casa da Boia indicam que as empresas mantiveram estreita relação comercial por anos. Tanto que o catálogo da Casa da Boia foi impresso pela Copag.*

# Bibliografia


Balanço Social Copag, 2023.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola.
Copag 100 anos no Brasil – sempre dando as cartas. Edição limitada.
São Paulo: Dorea Books and Art, 2008.

Companhia Mecânica de Panificação.
Diário oficial do Estado de São Paulo.
08 de fevereiro de 1912, p.576.

Companhia Paulista de Artes Gráficas.
Diário Oficial do Estado de São Paulo.
23 de março de 1924, p.2420.

Junta Comercial.
Diário Oficial do Estado de São Paulo.
19 de fevereiro de 1908, p.490.




CASA DA BÓIA
METAIS E HIDRÁULICA
DESDE 1898

*Diretor: Mario Rizkallah*
*outubro, 2026*




*Catálogo Especial da Casa da Boia, produzido pela Companhia Paulista de Artes Gráficas - Copag, na primeira década do século XX.*